



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ENSINO

FORMAÇÃO DOCENTE, TECNOLOGIAS E DIVERSIDADE

02 a 04 de Agosto de 2023



O CICLO DE POLÍTICAS NO CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA)

Márcia Lima Xavier

Graduanda de Pedagogia UESB-Jequié/BA

Silvia Regina Marques Jardim

Professora UESB-Vitória da Conquista/BA

RESUMO

O texto é uma pesquisa em andamento na Escola Municipal Professora Vilma Brito Sarmiento na cidade de Jequié/Bahia. O objetivo é analisar a experiência de aplicação da Política Nacional de Alfabetização (PNA), a partir da abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball e por colaboradores (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball, 1994). A pesquisa está fundamentada nos estudos de Mortatti (2019), Frade e Monteiro (2019) que se dedicam a estudar alfabetização. Os resultados revelam que a PNA não está sendo efetivamente implementada na escola.

Palavras-chave: Abordagem; Contexto da prática; aplicação.

INTRODUÇÃO

Este resumo expandido trata de uma pesquisa em andamento sobre a implementação da PNA nas escolas municipais de Jequié-BA e toma como foco a Escola Municipal Professora Vilma Brito Sarmiento na cidade de Jequié/Bahia. A questão de pesquisa que buscamos responder é: Como tem sido implementada a PNA na escola Municipal Professora Vilma Brito Sarmiento? De acordo com a questão de pesquisa, formulou-se como hipótese que a PNA de 2019, enquanto política pública de alfabetização, não está sendo implementada, consequência da falta de formação continuada. Essa hipótese foi possível formular a partir da experiência profissional e acadêmica das pesquisadoras nas escolas municipais de Jequié-BA.

Estudos como o de Mortatti (2019), Morais(2019) e Frade e Monteiro(2019) embasam essa pesquisa, que traz na sua metodologia a abordagem do Ciclo de Política, de Stephen Ball.

O objetivo geral é de analisar em lócus a experiência de aplicação da Política Nacional de Alfabetização (PNA) no contexto de prática e com objetivos específicos de identificar se a política tem sido implementada no ambiente escolar e divulgar esses resultados para a comunidade acadêmica. Para isso, foram aplicados questionários às professoras alfabetizadoras.

METODOLOGIA

Esse estudo será embasado na Abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball e por colaboradores (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball, 1994) com enfoque para o contexto de prática.

A abordagem do “ciclo de políticas”, que adota uma orientação pós-moderna, baseia-se nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais. Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticas e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. É importante destacar desde o princípio que este referencial teórico analítico não é estático, mas dinâmico e flexível, (MAINARDES, 2006, p.3).

A abordagem do Ciclo de Políticas possibilita ao pesquisador refletir e analisar os documentos que fundamentam a Política Nacional de Alfabetização (PNA), como também seu contexto de aplicação, ou seja, seu contexto de prática. Para Ball Org.(1994), em pesquisas sobre políticas públicas é necessário observar cinco contextos: o Contexto de Influências, o Contexto da Produção de Texto, o Contexto da Prática, o Contexto dos Resultados/Efeitos e o Contexto da Estratégia Política, todos interligados, mas que não limitam tempo ou sequência, ou seja, etapas não lineares.

Sendo assim, optou-se pelo Contexto da Prática com o objetivo de adentrar ao espaço escolar e identificar se a política tem sido implementada no ambiente escolar. De acordo com Ball (1994), é no contexto de prática que acontece a interpretação da política implementada e também é nela que essa política é modelada e recriada, pois, para ele, a prática é a ação de uma política, e que quando a política (o texto) sofre a ação pode ser transformada de acordo com os interesses dos atores envolvidos.

O contexto da prática é o campo em que a política é interpretada, modelada e recriada. Ball (2009), em sua entrevista, afirma que a política é um texto e a prática é

uma ação. Entende-se, a partir daí, que a prática também é política e cabe aos envolvidos, os atores, transformarem o texto em prática, o que configura, também, num contexto de lutas e interesses.

Nessa perspectiva, é uma pesquisa empírica de abordagem qualitativa com ferramentas de abordagem qualitativa pesquisa teórico-bibliográfica, que propõe desenvolver no decorrer da pesquisa, a pesquisa documental; observação participante, mais entrevistas individuais e coletivas; além de análises de documentos e registros das entrevistas. Inicialmente para contribuir com redação do texto em análise utilizamos 5 entrevistas com professores efetivos da escola participante.

DISCUSSÕES (ASPECTOS TEÓRICOS, HISTÓRICO, CONTEXTO ANALISADO)

A Política Nacional de Alfabetização – PNA (BRASIL, 2019) é uma política de Estado elaborada por um grupo de trabalho composto por Representantes da Secretaria de Alfabetização (SEALF), da Secretaria de Educação Básica (SAEB), da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP), da Secretaria Executiva (SE), do Gabinete do Ministro. Compõem esta representação também membros do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ela é composta por seis componentes essenciais que a embasam: consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção escrita.

Frade e Monteiro (2019) fazem as seguintes indagações:

Qual a concepção de evidências foi adotada na PNA? Qual o conceito de alfabetização contido no documento? Por que o apagamento de conceitos, como o de letramento? Por que não foram considerados mais de 40 anos de pesquisas e projetos de formação de alfabetizadores sobre o tema, no Brasil? Por que a adoção de um caminho metodológico e teórico, quando há vários caminhos com os quais a pedagogia e a política teriam que dialogar? com a ideia de literacia familiar? [...] (FRADE, MONTEIRO, 2019, p11).

As respostas às estas questões, entre outras, estão no Dossiê elaborado pela Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF) e publicada pela Revista

Brasileira de Alfabetização e reúne posicionamentos diferentes de autores “[...] que também pesquisam a alfabetização e são protagonistas da ação pedagógica de formar alfabetizadores” (FRADE, MONTEIRO, 2019, p.11).

Para Mortatti (2020), a PNA traz uma concepção de alfabetização rudimentar, baseada em evidências científicas, usadas para impor a proposta. Trata como “inimigos” o Construtivismo, o letramento e o “Método” Paulo Freire. E, de forma inconstitucional, desconsidera as políticas anteriores, por exemplo, a BNCC (BRASIL, 2017).

A PNA é uma Política Nacional de Alfabetização também chamada de “Alfabetização acima de tudo” que define “**alfabetização** como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão” (BRASIL, 2019, p.18, grifos do texto). Esta lei foi instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro e trata a alfabetização como exercício para cidadania e uma mudança nas políticas de alfabetização e letramento. É vista pelos “especialistas” que a elaboraram como complementar e alinhada à BNCC, porém há controvérsias.

A Política Nacional de Alfabetização resulta da relevância do tema aos olhos da sociedade brasileira, que exige cada vez mais dos governantes e gestores públicos, maior cuidado e empenho em prover uma formação básica de qualidade a todos os cidadãos, mas também é consequência de uma realidade educacional que revela a urgência de mudança na concepção de políticas voltadas à alfabetização, à literacia e à numeracia (BRASIL, 2019, p.10).

Nessa lei, a literacia é definida como “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, bem como sua prática produtiva” (BRASIL, 2019, p.10). Equivale a *literacy* do inglês e a *littératie* do francês. Alguns trechos da PNA têm causado ruídos por não estar de acordo com o que é proposto na BNCC, por exemplo, indica a instrução fônica sistemática como ensino para melhorar os resultados da alfabetização no Brasil. Método este que “não se trata de uma proposta nem ‘nova’, nem ‘pioneira’, nem ‘solução científica efetiva’, com ‘demonstrada eficácia, cientificidade e

atualidade” (MORTATTI, 2008, p. 102). De acordo com Piccoli (2009), ao privilegiar a consciência fonêmica no processo de alfabetização desconsidera seu alto nível de exigência, motivo pelo qual não pode ser utilizado como primeiro meio para se alfabetizar. Morais (2019, p.73) é outro estudioso da alfabetização que é bem contundente na sua abordagem sobre a PNA, pois para ele: “A Política de alfabetização que o MEC quer impor não visa dialogar com nada nem com ninguém. Sua meta é padronizar [...]”.

A pesquisa inicial nos revela que não houve preparação da comunidade escolar para a entrada da PNA no contexto escolar. Grande parte das professoras (o corpo docente da escola é na sua totalidade formado por mulheres) revelou conhecer a política e apenas saber do Programa Tempo de Aprender (que tem entre outros objetivos, a formação continuada dos professores e a presença do assistente de classe na turma),que é vinculado à política de alfabetização PNA, porém percebe-se que essas professoras não assimilam essa vinculação. Algumas alfabetizadoras responderam concordar parcialmente com a implantação da política na escola, mas não justificaram. Também responderam que têm autonomia e oportunidades para discutir e expressar dificuldades, opiniões, insatisfações, e dúvidas e que não sofrem pressão, mas que o suporte , ainda é insuficiente por parte da secretaria de educação e da gestão escolar. Quando perguntadas sobre as principais dificuldades identificadas no contexto da alfabetização, elas responderam que é o apoio dos familiares,ou seja, ainda mantêm a ideia de culpabilização da família; e das dificuldades de aprendizagem, como os transtornos de aprendizagem. Citam a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) como única forma de apoio na prática.

Percebe-se que, de acordo o que foi hipoteticamente pensado sobre a falta de formação continuada para as professoras alfabetizadoras, e para que houvesse efetivamente a implementação da política na prática; verdadeiramente, a PNA não está sendo implementada na escola pesquisada. Dessa forma, nos furta a oportunidade de uma análise quanto a sua prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ainda estar em andamento, a pesquisa caminha a passos largos para os resultados esperados, ou seja; a concretização que a PNA não está sendo efetivamente implementada na escola pesquisada e sendo assim, não nos possibilita identificar se a política sofreu uma nova interpretação e/ou recriação. Ou até que ela não está sendo adotada, o que acontece de fato é a continuação da política anterior que trazia o Programa Mais Alfabetização (PMALFA).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização** - Brasília: MEC. SEALF, 2019. Disponível: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf
Acesso: 30 de jan de 2020.

FRADE, Isabel Cristina Alves; MONTEIRO, Sara Mourão. **Dossiê "Política nacional de alfabetização em foco: Olhares de professores e pesquisadores"**. In: Revista Brasileira de Alfabetização [Recurso eletrônico] / Associação Brasileira de Alfabetização. v.1, n.10 (jul./dez. 2019) – Belo Horizonte: ABAIf, 2019 - Edição Especial. p 10-11. Disponível:
file:///C:/Users/Marcia%20e%20Familia/Downloads/381-Texto%20do%20Artigo-804-1-10-20200325.pdf, Acesso: 20 de mar de 2021.

LEAL, Telma Ferraz. **Apontamentos sobre a Política Nacional de Alfabetização 2019**. In: Revista Brasileira de Alfabetização [Recurso eletrônico] / Associação Brasileira de Alfabetização. v.1, n.10 (jul./dez. 2019) – Belo Horizonte: ABAIf, 2019 - Edição Especial. p.82. Disponível:
file:///C:/Users/Marcia%20e%20Familia/Downloads/381-Texto%20do%20Artigo-804-1-10-20200325.pdf. Acesso: 20 de março de 2021.

MAINARDES. Jeferson. **A abordagem do ciclo de políticas nas pesquisas em educação**. II Ciclo de Estudos e Debates sobre Política e Financiamento da Educação. Universidade Estadual de Goiás (UEG) 2021. Disponível:
<https://www.youtube.com/watch?v=dsGegscfoA4> . Acesso: 15 de mar de 2023.

MORAIS, Artur Gomes de. **Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019**. In: Revista Brasileira de Alfabetização [Recurso eletrônico] / Associação Brasileira de Alfabetização. v.1, n.10 (jul./dez. 2019) – Belo Horizonte: ABAIf., 2019 - Edição Especial. p.66-75. Disponível: file:///C:/Users/Marcia%20e%20Familia/Downloads/381-Texto%20do%20Artigo-804-1-10-20200325.pdf.
Acesso: 20 de março de 2021.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **A política nacional de alfabetização (BRASIL, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita**. In: Revista Brasileira de Alfabetização [Recurso eletrônico] / Associação Brasileira de Alfabetização. v.1, n.10 (jul./dez. 2019) – Belo Horizonte: ABAIf., 2019a - Edição Especial. p 26-31. Disponível:

file:///C:/Users/Marcia%20e%20Familia/Downloads/381-Texto%20do%20Artigo-804-1-10-20200325.pdf.Acesso: 20 de mar de 2021.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Brasil, 2091: Notas sobre a Política Nacional de Alfabetização**". Revista OLHARES, v. 7, n. 3 – Guarulhos, novembro de 2019b – ISSN 2317-7853. Disponível: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/9980/7190> .Acesso: 20 de mar de 2021.

PICCOLI, Luciana. **Prática Pedagógica de Alfabetização e Letramento: análise a partir dos campos da sociologia e da linguagem**. UFRS/Porto Alegre, 2009. Disponível: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18400/000692826.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso: 21 de ago de 2019.

ANEXO

POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA)

Contexto da prática

- 1 - Como a política foi recebida? Como está sendo implementada?
- 2 - Como os professores, diretores, pedagogos e demais envolvidos interpretam os textos? Há mudanças, alterações e adaptações do texto da política para a concretização da política? Há variações no modo pelo qual o texto é interpretado, nos diferentes espaços observados na pesquisa?
- 3 - Há evidências de resistência individual ou coletiva?
- 4 - Os profissionais envolvidos na implementação têm autonomia e oportunidades de discutir e expressar dificuldades, opiniões, insatisfações, dúvidas? Recebem algum tipo de pressão? E suporte?
- 5 - Há contradições, conflitos e tensões entre as interpretações expressas pelos profissionais que atuam na prática e as expressas pelos formuladores da política e autores dos textos da política?
- 6 - Quais são as principais dificuldades identificadas no contexto da prática? Como os professores e demais profissionais lidam com elas? Há a reprodução ou criação de desigualdades?
- 7 - Como são as relações de poder dentro do contexto da prática (escola, por exemplo) e no relacionamento dos profissionais que atuam na escola com os órgãos educacionais oficiais e dirigentes educacionais? Há formas de opressão, mecanismos de pressão, silenciamentos? Há espaços de vivências democráticas e emancipatórias?
- 8 - O contexto da prática tem influenciado o contexto da produção do texto?